

A LITERATURA INFANTIL E O DEBATE ANTIRRACISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

Claudimar Paes de Almeida

Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: claudimarpaes@hotmail.com

Joanna da Silva

Doutora em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB).

Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: joanna@ufam.edu.br

RESUMO

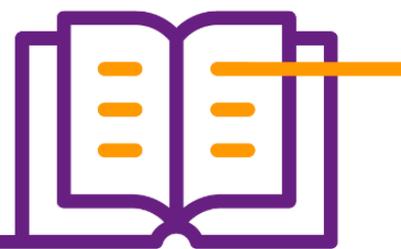
Herdado de uma sociedade tradicional, que impunha valores baseados na imposição da força e do poder, o racismo tornou-se um dos temas mais discutidos na atualidade, devido à política de inclusão social e ao respeito à diversidade sociocultural, cuja finalidade é combater o preconceito e a injustiça social que ainda permanece encrustada em nossa sociedade. O texto *Pretinha de neve e os sete gigantes*, de autoria de Rubem Filho (2009), exemplifica esta questão por se tratar de um texto atualizado que se contrapõe ao modelo estereotipado das princesas brancas, geralmente presentes nos contos tradicionais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir a temática do preconceito racial junto ao público infantil no contexto escolar a partir de uma metodologia de cunho qualitativo. Assim, entende-se que a literatura afro-brasileira, torna-se um importante suporte metodológico para fundamentar esta discussão junto ao público infantil na escola.

Palavras-chave: Contexto escolar; Debate antirracista; Diversidade sociocultural; Literatura infantil.

CHILDREN'S LITERATURE AND THE ANTI-RACIST DEBATE IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

Inherited from a traditional society, which imposed values based on the imposition of force and power, racism became one of the most discussed topics today, due to the policy of social inclusion and respect for socio-cultural diversity, whose purpose is to combat the prejudice and social injustice that still remains encrusted in our society. The text *Pretinha de neve e os sete gigantes*, written by Rubem Filho (2009), exemplifies this issue because it is an updated text that contrasts with the stereotyped model of white princesses, usually present in traditional



tales. Therefore, the present work aims to discuss the issue of racial prejudice among children in the school context using a qualitative methodology. Thus, it is understood that Afro-Brazilian literature becomes an important methodological support to support this discussion with children at school.

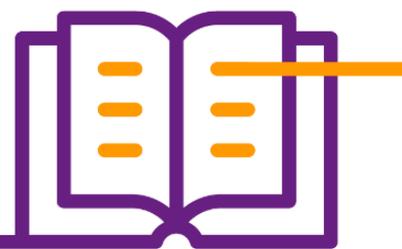
Keywords: School context; Antiracist debate; Sociocultural diversity; Children's literature.

INTRODUÇÃO

Partindo do conceito de que a obra literária traz em sua essencialidade a função de atuar como agente de formação e transformação da consciência de mundo, e uma vez que conhecer o mundo e a si mesmo é condição básica do ser humano, o texto literário assume perante a sociedade a concepção de agente transformador da consciência existencial, social e cultural a partir do conhecimento e das experiências vivenciadas. Atualmente a compreensão acerca da literatura foi ampliada com novas perspectivas de abordagem.

A partir do texto literário torna-se possível abordar, de maneira diferenciada, os mais diversos (e complexos) temas que se fazem presentes em nossa sociedade, e que circundam as salas de aula, cabendo aos professores conhecimento e habilidade para discutir conceitos e valores existentes no meio social que os rodeia. Herdado de uma sociedade tradicional, que impunha valores que se baseavam na imposição da força, da ambição e do poder de dominação de uma raça sobre a outra, o racismo é um dos temas sobre os quais muito se tem discutido na atualidade, principalmente no âmbito escolar.

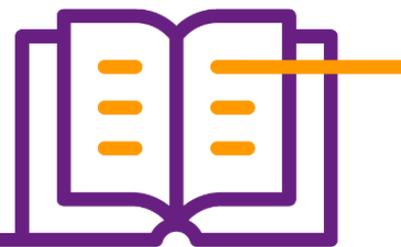
Amparada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental, a política de inclusão social e respeito à diversidade sociocultural, tornaram-se temas recorrentes na atualidade, principalmente a partir da implementação da Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio o ensino sobre a História e a Cultura Afro-brasileira como forma de combater o preconceito e a injustiça social, e ao mesmo tempo reconhecer e valorizar a luta dos negros no Brasil, sua contribuição e legado sociocultural na formação identitária do povo brasileiro.



A partir de então, buscou-se novas alternativas para combater a imagem depreciativa do negro ainda encrustada em nossa sociedade. Os textos literários afro-brasileiros aplicados em sala de aula tornaram-se alternativas metodológicas para esta possível discussão, uma vez que a Literatura traz em sua essência a tarefa fundamental de atuar como agente de formação e transformação da mente humana, como nos afirma a autora Coelho (2009, p. 15) “[...] a literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola.

Guiando-se pela fala de Coelho, acima citada, é que o presente trabalho propõe uma abordagem reflexiva tomando como base o texto infantil *Pretinha de neve e os sete gigantes*. Trata-se de uma obra que se contrapõe ao clássico literário infantil *Branca de neve e os sete anões* que, assim como na maioria dos clássicos da Literatura Infantil, a personagem principal é uma princesa jovem, branca, ingênua e delicada, perfil estereotipado das princesas dos contos de fadas, uma vez que, oriundos da cultura europeia, esses contos sempre privilegiaram a classe dominante, ou seja, a “raça branca”, como modelo de conduta, de beleza e de padrão social, porém, a obra contemporânea *Pretinha de neve e os sete gigantes*, de autoria de Rubem Filho (2009), se contrapõe, por meio do lúdico, ao modelo padrão estereotipado nos contos de fadas tradicionais.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo debater a questão do preconceito racial no contexto escolar, e sua prática em nossa sociedade, para tanto, buscamos apoio teórico em autores como Coelho (2009), Costa (2007), PCNs (2002), entre outros. Conscientes do papel sociocultural que a literatura exerce frente à sociedade, este trabalho utiliza-se de uma metodologia discursiva ao sugerir o texto literário como mediador de uma temática essencial a ser discutida na escola, a fim de que a mesma se constitua em um ambiente propício ao trabalho educativo como mediador do diálogo e da interação com questões sociais e raciais de forma crítica e responsável no que se refere ao conhecimento e a aceitação da diversidade étnico-racial que se faz presente na sociedade brasileira.



A literatura infantil e sua importância na formação do indivíduo

A literatura infantil tem seu marco principal na Europa a partir do século XVIII, quando a criança começa a ser vista como criança, já que antes fazia parte do mundo adulto e era vista e tratada como um adulto em miniatura. Dessa forma, a literatura infantil teve seu processo de progressão alcançando especificamente a criança.

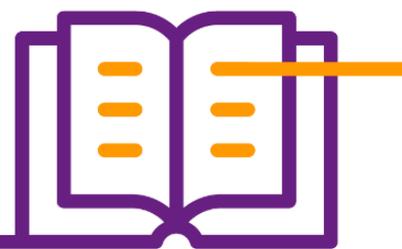
A palavra literatura não precisa necessariamente ser um sintagma sem complemento, ou independente do adjetivo que ela receba. Nesse caso o infantil, não quer dizer que está destinada somente a esse público. Quanto ao seu surgimento, a:

[...] Literatura Infantil tem especificações próprias, porque provêm do destaque da família de classe média, da nova condição concedida à infância na sociedade e da nova organização da escola. Seu aparecimento se deu pela associação com a Pedagogia, com o intuito da literatura se utilizar para se melhorar o conteúdo e estudo desta (PINATI *et al*, 2017, p. 50).

Com tais especificações a literatura tem como papel proporcionar ao indivíduo a instigação, o gozo, o entusiasmo, além de desenvolver de forma significativa a imaginação, a emoção, os sentimentos, em torno de uma formação estimulante e prazerosa.

No Brasil, a literatura infantil tem seu surgimento no século XIX. Até esse período a literatura oral era a balizadora das histórias narrativas, baseadas nos mitos e folclores dos europeus, dos africanos e dos indígenas. Segundo Lopes e Navarro (2014) Carlos Jansen e Alberto Figueiredo Pimentel foram os pioneiros a produzirem literatura infantil no Brasil, traduzindo para as crianças as obras consideradas clássicas, e foi somente com Thales de Andrade no ano de 1917 que a literatura infantil nacional teve seu início, e posteriormente no ano de 1921 as literaturas infantis produzidas por Monteiro Lobato.

Partindo do olhar histórico para o olhar formativo do indivíduo, a literatura infantil tem grande importância nesse processo, pois ela propicia a criança momentos interativos com as suas experiências cotidianas. A literatura além de ampliar a visão de mundo, cria um novo mundo, no qual ambos interagem, proporcionando a imaginação, a fantasia, e novas



concepções sobre aquilo que está ao seu redor. Corroborar Mallmann (2011), ao dizer que a literatura infantil é uma ferramenta significativa e fundamental para a formação do indivíduo e para a ampliação do seu senso crítico, e ainda contribui no desenvolvimento dos valores morais.

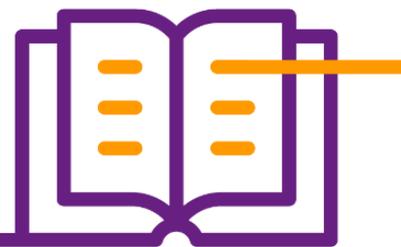
No contexto escolar a literatura infantil é um instrumento significativo na efetivação da alfabetização, pois auxilia a criança na aprendizagem. Por meio dela podem se instrumentalizar diversas manifestações como a imaginação, a criatividade e o exercício contínuo do prazer pela leitura. Comenta Matheus (2014, p. 10):

A literatura infantil pode ser uma grande aliada durante o processo de alfabetização, auxiliando e facilitando a aprendizagem, bem como desenvolvendo a imaginação, a criatividade e o prazer pela leitura. Pensar na literatura infantil no processo de alfabetização e letramento significa inserir a criança em um universo de aprendizagem lúdico e prazeroso, em que a se tem um maior estímulo ao aprender a ler e escrever. A literatura infantil permite que a criança possa vivenciar situações, que cotidianamente não é possível.

A criança precisa ter contato com variedades de textos desde o início de sua vida escolar para ir se habituando aos poucos. Mesmo que ela esteja ainda em processo dos primeiros aprendizados escolares, de desenvolvimento e que ainda não tenha domínio e não compreenda as estruturas formais da língua, precisa ter contato com a literatura, em vista da formação de um leitor efetivo e crítico. É nesse contexto de aprendizado e com o auxílio da literatura que se deve estimular o pensamento e a compreensão da criança.

A literatura infantil oferece diversas possibilidades de experiências, sejam emocionais, de significações, sentidos, entre outros. Mallmann (2011, p. 14) colabora ao dizer que “a literatura pode transmitir valores positivos como o respeito ao próximo, a solidariedade, o respeito à natureza e a autonomia, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais solidários”. Logo, é necessário que ocorram mediações para que a criança seja incluída no mundo da leitura, criando o gosto pela literatura.

A inclusão da literatura infantil no contexto escolar é ferramenta importante na formação do indivíduo, ela oferece variadas vertentes no processo de ensino e da aprendizagem. Todavia, deve ser apresentada de forma dinâmica sem cair no tradicionalismo



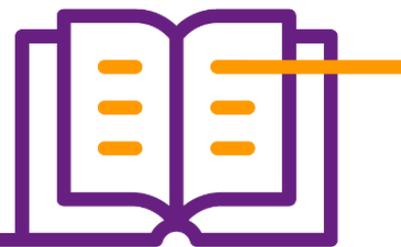
com ênfase na escrita e gramática, possibilitando ao sujeito a fomentação das suas potencialidades e capacidades.

O racismo no Brasil e seus desdobramento no contexto escolar

O Brasil possui uma triste marca histórica por ter sido o último país das Américas a decretar a abolição da escravatura. Apesar de ter sido um momento marcante na época, ainda se faz presente na contemporaneidade. O Brasil, país que conviveu mais de três séculos com a escravidão foi marcado em seu legado histórico com a diáspora da grande população africana que, de forma compulsiva deixou suas terras a caminho das Américas. Segundo Schwarcz (2001, p. 38-39):

Um deslocamento dessa monta acabou alterando cores, costumes e a própria estrutura da sociedade local. A escravidão, em primeiro lugar, enquanto regime que supõe a posse de um homem por outro, legitimou com sua vigência a hierarquia social, naturalizou o arbítrio e inibiu toda discussão sobre a cidadania. Além disso, o trabalho manual acabou ficando limitado exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades, onde se acreditava, como dizia o provérbio colonial, “que os escravos eram os pés e as mãos do Brasil”.

Criam-se nesse contexto as classes sociais, as quais uma sobrepujava, discriminava e explorava a outra, e essa formada pela massa trabalhadora e explorada, os negros. Longe de seu lugar de convívio, e considerados ignorantes por não conhecerem a língua e os costumes, eram visualizados como ferramentas de exploração. Considerados coisas e objetos, propriedades dos brancos, os negros tiveram que se sujeitar aos trabalhos braçais, sob a condição de escravos: “Como bem pessoal, o escravo podia ser alugado, leiloado, penhorado e hipotecado, assim como as demais posses de seu proprietário” (SCHWARCZ, 2001, p. 39). Criou-se na cultura brasileira a visão do poder sobre o negro, alinhada ao racismo, preconceitos e estereótipos. Valores culturais africanos eram depreciados e negados pela política de branqueamento imposta pela cultura europeia, que divulgou noções negativas sobre as diversas manifestações culturais trazidas pelo povo africano, como a religião, a música, a dança.



Tal realidade ainda hoje encontra-se arraigada na sociedade brasileira, marcada pela exclusão social e discriminação racial. Por aspectos históricos e sociais os negros fazem parte de um dos grupos que mais sofrem com o preconceito e com as desigualdades sociais. Enfatiza Borges, Medeiros e Adesky (2002, p. 3) a esse respeito:

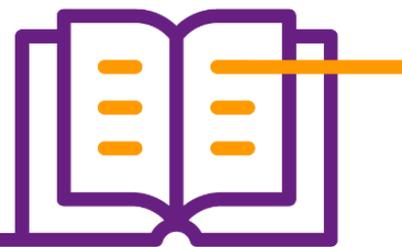
Os indicadores socioeconômicos revelam, por exemplo, que os afro-brasileiros estão nos níveis mais baixos de pobreza e de escolaridade, enfrentando maiores obstáculos para alcançar posições de prestígio e de comando na sociedade. Essa situação reflete a existência de um racismo difuso, porém efetivo, com repercussões negativas na vida cotidiana da população negra, em particular das crianças e dos adolescentes, que ainda não desenvolveram mecanismos suficientes de análise crítica.

Ligadas as questões supracitadas o preconceito racial se desdobra de forma efetiva no contexto escolar. As atitudes realizadas por parte dos alunos muitas vezes ocorrem por falta de conhecimento. Compreende-se então que o professor enquanto mediador deve trabalhar em sala de aula a consciência cultural, ética e moral de forma que elas sejam colocadas em prática na convivência cotidianas com os colegas de outras raças.

Ao tomar a atitude alicerçada na moral e na ética, utilizando o bom senso, o aluno compreende que pode conviver de forma harmoniosa sem cometer atos de racismo e preconceito. Chauí (2000, p. 147) comenta sobre tais perspectivas:

A consciência moral da pessoa e a consciência política do cidadão formam-se pelas relações entre as vivências do eu e os valores e as instituições de sua sociedade ou de sua cultura. São as maneiras pelas quais nos relacionamos com os outros por meio de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais que definem deveres, obrigações, virtudes e políticos que definem direitos, deveres e instituições coletivas públicas, a partir do modo como uma cultura e uma sociedade determinada definem o bem e o mal, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o privado e o público.

É nesses princípios norteadores de atitudes em relação ao outro e da boa convivência que o ensino e a aprendizagem do aluno devem ser alicerçados. O aluno precisa também conhecer e entender que historicamente o nosso país em sua constituição étnica é plural e miscigenada. Esse processo criou uma escala hierárquica, na qual, os descendentes de europeus



assumiram o topo e as demais etnias ficaram como sustentáculos para os mantê-los. Foram explorados, violentados, discriminados e colocados as diversas condições de servidão, além disso, estereotipados como sujeitos, preguiçosos, ladrões e sem alma.

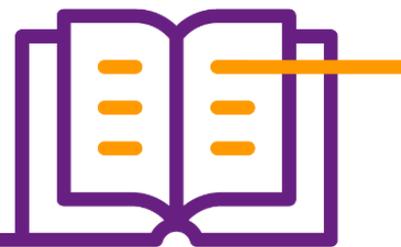
Nessa perspectiva, a escola como ambiente de formação não pode produzir ou reproduzir situações de discriminação e racismo. Roos (2010, p. 19) cita que:

[...] quando a escola finge não ver o que acontece em seu entorno, quando permite o desprestígio e a humilhação de seus alunos negros, está contribuindo para a perpetuação das ações discriminatórias, que envolve a sociedade branca dominante, em detrimento dos alunos negros que continuarão a serem chamados de “negro sujo” ou de “carvão”.

É no espaço escolar que o aluno passa a construir imagens e atitudes que constituirão sua identidade e também aprende a conviver com a diversidade de pessoas. Considera-se então o papel do professor, enquanto mediador, fundamental, ele que colocará em efetivação a Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatória o trabalho da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nos contextos educacionais. Logo, ela é uma ferramenta metodológica para atuar de forma concreta contra os diversos desdobramentos racistas existentes no cotidiano escolar.

O ensino no Brasil e a diversidade sociocultural

A identidade brasileira traz em sua origem a diversidade étnico-racial, uma vez que se constituiu da junção das diferentes raças que formaram essa nação, assim, torna-se necessário práticas de combate a intolerância à diversidade racial que se faz presente em nossa sociedade. Uma das medidas adotadas pelo governo para conscientização da população estudantil foi a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) nas escolas de ensino Fundamental e Médio, com objetivos que visam implementar no pensamento e na consciência dos educandos a valorização da pluralidade sociocultural brasileira com suas diferenças sociais



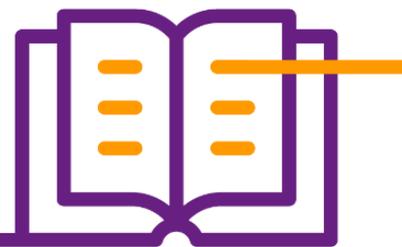
e culturais, que precisam ser valorizadas e respeitadas, e também tratadas com atitudes pautadas no senso de responsabilidade, solidariedade, respeito e repúdio às injustiças.

Além dos objetivos norteadores estabelecidos pelos PCNs, implantados na rede educacional, em março de 2003 foi aprovada a Lei Federal no. 10.639/03, que tornava obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil, cujo objetivo é promover o reconhecimento e a valorização da diversidade sociocultural do povo brasileiro.

Considerando a escola como o espaço de construção do conhecimento e dos valores e afetos que se formarão na consciência e na identidade dos educandos, futuros cidadãos, é necessário que nossas escolas assumam com responsabilidade o compromisso de fazer cumprir os parâmetros e leis que norteiam a prática docente no que diz respeito a construção de uma sociedade mais tolerante, na qual a diversidade seja aceita e encarada de maneira positiva e igualitária. Evidenciar essa questão no ambiente das salas de aulas é de extrema importância, pois a postura sociointerativa dos agentes diretamente envolvidos, no caso o professor e o aluno, e o grau de envolvimento ao tratar do assunto, fará toda a diferença na construção e transformação de práticas discriminatórias em atitudes de respeito e afeto à diversidade presente em todas as camadas da população brasileira.

O texto infantil e a discussão antirracista na sala de aula

“Por que contar histórias afro-brasileiras?”, ao fazer essa indagação ao leitor, Paulo Vinicius B. da Silva (2014), busca discutir as possibilidades de uso das fábulas e narrativas afro-brasileiras como forma de divulgação e valorização da herança africana em nossa cultura. Segundo o autor, a maioria dos livros utilizados nas escolas “valorizam em excesso a influência europeia, enquanto valores de culturas africanas e indígenas são depreciados e negados” (SILVA, 2014, p.52), fatos estes que compõem as chamadas “políticas de branqueamentos”, que costumavam divulgar noções negativas a respeito dos valores estéticos, morais e religiosos vindos da África, e que vigoraram em nossa sociedade até o início do século XX, assim como

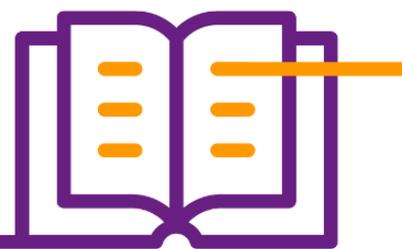


também os livros didáticos que circulavam nas escolas costumavam trazer a imagem do negro de forma depreciativa.

Tido como suporte material, o livro didático, segundo Costa (2007), caracteriza-se não só pela base de conhecimento que carrega em si, mas também como condutor ideológico, subsidiando o processo educativo e ao mesmo tempo servindo de sustentáculo à construção da identidade e do imaginário nacional, assim, torna-se essencial sua escolha criteriosa para subsidiar as discussões travadas nas salas de aulas, principalmente aquelas que se direcionam a tratar do preconceito étnico-racial que se faz presente no universo infantil e/ou infanto-juvenil escolar, pois é a partir dessas discussões que surgirão as possibilidades de introdução e incentivo a leituras de texto que abordam de maneira diferenciada temas como preconceito, diversidade cultural, identidade, entre outras.

Tomando como sugestão de leitura para subsidiar uma discussão em sala de aula a respeito do preconceito étnico-racial e a valorização do ser humano independente de sua cor, sexo ou religião, a obra *Pretinha de Neve e os sete gigantes* (2009), de autoria de Rubem Filho, traz em seu contexto uma visão diferenciada em relação à população negra africana e seus costumes. Buscando contrapor-se, como já foi dito, aos clássicos infantis, neste caso mais específico ao clássico *Branca de neve e os sete anões*, o texto *Pretinha de neve e os sete gigantes* traz um conteúdo narrativo direcionado ao discurso antirracista ao eleger como “princesa” de sua fábula uma criança preta, alegre e questionadora em relação à sociedade e ao meio em que vive.

Como toda princesa, Pretinha morava em um castelo construído em cima de uma montanha, um lugar muito alto e frio. Pretinha não era feliz vivendo ali, em companhia da mãe e de um padrasto mandão e intolerante. Sentia-se muito só, sem companhias para brincar, sua mãe estava sempre ocupada com os afazeres domésticos, pois diferente das rainhas dos contos tradicionais, era ela que cozinhava para a família, e fazia os doces que o marido/rei tanto gostava. Inclusive, o tacho de cobre no qual ela fazia os doces tornou-se amigo e confidente de Pretinha, era a ele que a menina recorria para conversar quando se sentia triste e só.

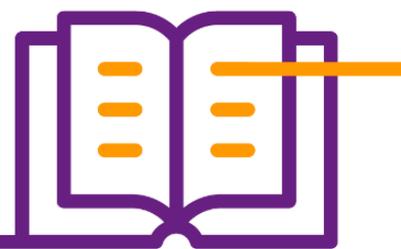


Numa dessas conversas Pretinha confidenciou que queria descer a montanha e ver como era o mundo lá embaixo. E assim ela fez, em uma noite enquanto os pais dormiam, Pretinha fugiu do castelo. Ao descer o monte viu muitas coisas diferente e bonitas que a deixaram encantada! No meio da floresta encontrou um casarão muito grande e acolhedor, habitado por sete gigantes simpáticos e atenciosos que trabalhavam numa mina ali perto. Pretinha e os sete gigantes tornaram-se amigos, eles passeavam pela floresta e brincavam muito. Enquanto isso seus pais deram por sua falta e resolveram procurá-la, no caminho seu padrasto pensou a respeito do motivo que fizera a menina fugir do castelo, refletiu sobre seu comportamento, era convencido e mandão, enquanto a mãe estava sempre ocupada fazendo doces para ele e não dispunha de tempo para dar atenção à menina.

Ao encontrá-la, o rei mostrou-se arrependido da forma como a tratava, e Pretinha percebeu que ele estava sendo sincero. O rei tornou-se amigo dos gigantes que resolveram construir um castelo aconchegante perto de sua casa para a família real.

Através da história de Pretinha de Neve podemos perceber alguns conceitos capazes de fundamentar uma discussão acerca da temática antirracista, como por exemplo o fato de ela ser uma criança questionadora que sonha em viver num mundo livre dos preconceitos e assim poder crescer em uma sociedade mais humanizadora e igualitária, desejos esses comuns aos seres humanos, inclusive às crianças, sejam elas brancas ou negras, e na literatura infantil, segundo Nelly Novaes Coelho, “[...] essa luta já está bem evidente, na literatura infantil mesclam-se, em pé de igualdade, personagens das várias raças, e também é abordado frontalmente o problema do racismo, considerado como uma das grandes injustiças humanas” (COELHO, 2009, p. 27).

A partir do desenvolvimento da narrativa são inseridos elementos e valores da cultura africana que, quando bem explorados pelo professor, tornam-se objetos de reflexão e desconstrução do pensamento racista e pejorativo entre as crianças, como é caso, por exemplo, da figura de sua mãe, preta e submissa, que procura agradar ao marido autoritário fazendo-lhe doces, ou seja, o dote culinário que a mãe de Pretinha possui é algo que deve ser valorizado,



assim como também os diversos pratos herdados da culinária africana que foram incorporados à cultura brasileira.

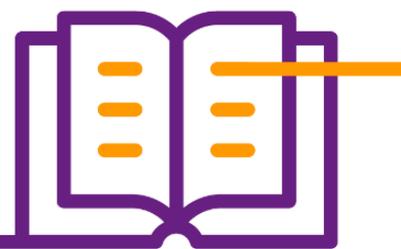
No momento em que se trata da arte culinária exercida pela mãe de Pretinha, entra em cena a figura do tacho de cobre, objeto muito utilizado na cozinha pelos negros no período da escravidão no Brasil, mas que na história rompe com o real e se transforma em uma espécie de “espelho mágico” para a menina que, entediada com o padrasto mandão, e solitária sem a atenção da mãe, encontra no velho tacho de cobre um amigo e confidente.

Também o fato de Pretinha fugir para a floresta e ser acolhida pelos gigantes que lhe dão atenção e brincam com ela, mostra que ela é uma criança capaz de tomar decisões, de reivindicar seu espaço ideal para viver, independentemente de sua cor/raça, pois o sonho de liberdade, e o desejo de sair em busca da felicidade é inerente a cor, raça, sexo ou religião.

Quando os pais a encontram, e os gigantes os convencem de que a criança necessita de mais atenção, carinho, amor, essa atitude dos gigantes nos chama a atenção para a necessidade que as crianças precisam ser percebidas por seus pais, ou ainda, que uma criança preta, assim como a branca, também necessita de atenção, de se sentir amada, querida, respeitada, de ter amigos, pois estes são sentimentos próprios do ser humano.

Essa forma como a criança negra se insere no universo literário infantil brasileiro como protagonista (princesa), na obra de Rubem Filho, deve ser enfatizado de maneira positiva pelos professores, ou pais, para que as crianças adquiram simpatia e respeito pela diversidade, não somente de cor e raça, mas também social e cultural, pois a literatura infantil, segundo Coelho, é antes de tudo um fenômeno de criatividade “que representa o mundo, o homem, a vida através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização” (COELHO, 2009, p. 27).

Estes elementos acima apresentados, como constituintes da natureza do texto literário, ainda citando Coelho (2009), são ferramentas disponíveis para problematizar os mais variados conceitos e temas, pois a literatura sempre buscou expressar a experiência e o anseio humano, cabendo a cada época produzir a literatura que melhor exprimisse a singularidade de seu momento histórico/social, com suas lutas e anseios em busca da constante evolução, e esse



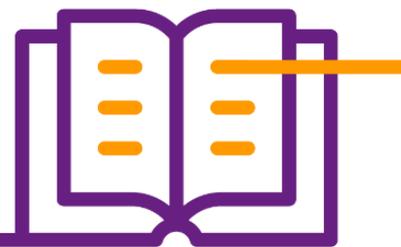
texto, produzido por Rubem Filho, entra em cena justamente num momento em que se discute a respeito da superação do preconceito e a aceitação da diversidade sociocultural em nossa sociedade atual.

Se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei 10.639 orientam para a prática da inclusão social e o respeito à diversidade sociocultural nos estabelecimentos de ensino, por que então não tomarmos como aliado nessa prática o texto literário? Se levarmos em conta o fascínio e curiosidade que as crianças demonstram em vivenciar novos conhecimentos e experiências, e a natureza do texto literário destinados as crianças, que buscam fundir conhecimento e fruição, teremos a literatura como um excelente aliado para a conscientização dos valores sociais e humanitários em nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face as transformações pelas quais a humanidade vem passando ao longo da história, é imprescindível considerarmos o papel da escola como agente formador e transformador do pensamento dos nossos futuros cidadãos, uma vez que a escola tem a função de construir as bases para a formação do indivíduo consciente em relação a si mesmo e ao outro, assim como também estimular a percepção da realidade que o circunda em suas múltiplas significações.

O ato de contar histórias é universal, seja como entretenimento ou como veículo de divulgação cultural, e os narradores possuem um papel importante na cultura africana, e no Brasil o ato de contar histórias é reconhecido como herança negra. Nesse sentido, é de extrema importância considerar o papel que a literatura oral e escrita exerce frente à sociedade, seja no sentido humanizador, social, intelectual, pois através dela torna-se possível problematizar diferentes situações apresentadas numa dimensão discursiva, ou ficcional (imaginária), mas com a possibilidade de ser projetada também no campo real, e assim discutida e refletida frente as circunstâncias que o meio possa oferecer.



Sugerir o texto literário como mediador de uma discussão acerca da temática do preconceito racial é apenas uma das possibilidades entre as inúmeras outras que ele pode oferecer. Nesse sentido, a sugestão aqui apresentada de aplicação na sala de aula nos abre a possibilidade de que várias outras questões também sejam suscitadas a partir do texto literário, e este não seja utilizado na escola apenas como uma atividade de fruição, embora ele também se dê a essa função, mas que sua utilização vá além disso, que amplie suas possibilidades de uso, de exploração, o que fará com que a escola se constitua em um ambiente propício para que o trabalho educativo possa mediar o diálogo e a interação com questões sociais de forma responsável perante o ensino e a construção do pensamento crítico e consciente.

REFERÊNCIAS

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; ADESKY, Jacques d'. **Racismo, preconceito e intolerância.** – São Paulo: Atual, 2002.

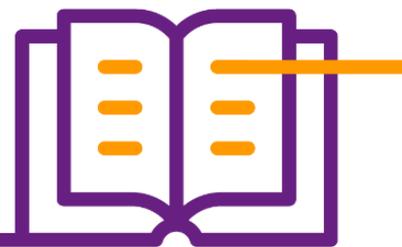
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, Nely Novaes. **Literatura infantil:** teoria, análise, didática. 7ª. edição ver. São Paulo; Moderna, 2009.

COSTA, Cândida Soares da. **O negro no livro didático de língua portuguesa:** imagens e percepções de alunos e professores. Cuiabá; UFMT/IE 2007.

FILHO, Rubem. **Pretinha de neve e os sete gigantes.** – São Paulo: Paulinas, 2009.



LEI FEDERAL. **Lei 10.639/03**. Presidência da República, Casa Civil, Governo Federal, Luis Inácio Lula da Silva, março de 2003.

LOPES, Camila Lorena. NAVARRO, Elaine Cristina. A importância da literatura na educação infantil para a formação de leitores letrados. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da UNIVAR**. v. 1, n. 11, p. 15-19. Araguaia, 2014.

MALLMANN, Michelle de Carvalho. *A literatura infantil no processo educacional: Despertando os valores morais*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MATHEUS, Gabriela Gonçalves. **A literatura infantil no processo de alfabetização e letramento: desafios e possibilidades**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

PINATI, Carolina Taciana *et al.* A importância da literatura na educação infantil. **CIÊNCIA ET PRAXIS**, v. 10, n. 19, p. 49-55, 2017.

ROOS, Roseli Rezende. **O preconceito racial no contexto escolar**. 36 f. 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. – São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Literatura oral afro-brasileira e alteridade. In: **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Org. FERREIRA, Aparecida de Jesus. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.